



Cantor Alexandre Pires entra na mira da Polícia Federal por garimpo ilegal



Página 6



Anvisa
aprova novo
medicamento
para tratamento
do câncer de
mama no Brasil

Página 5



Arborização
urbana ganha
espaço na Semana
da Árvore em
Presidente
Figueiredo

Página 7



Keitton Batista propõe ampliar a conectividade para reduzir o isolamento de comunidades no Amazonas

O candidato a deputado estadual pelo Agir, Keitton Batista, defende a ampliação da conectividade e da infraestrutura energética em comunidades mais distantes do Amazonas. Segundo o candidato, o acesso à internet, telefonia e energia de qualidade pode contribuir para ampliar oportunidades nas áreas de educação, saúde, serviços públicos, empreendedorismo e geração de renda.

Entre as propostas apresentadas por Keitton estão a expansão da cobertura de internet e telefonia em municípios, comunidades rurais e ribeirinhas, além do incentivo a soluções de energia compatíveis com a realidade amazônica, como a geração solar. A intenção, de acordo com o candidato, é melhorar as condições de funcionamento de escolas, unidades de saúde, sistemas de comunicação e atividades produtivas nas regiões mais afastadas.

Keitton também defende maior integração digital entre Manaus e os municípios do interior.

Para ele, investimentos em conectividade e energia podem contribuir para reduzir os efeitos das grandes distâncias e ampliar o acesso da população a serviços e oportunidades. A proposta faz parte das pautas apresentadas pelo candidato durante a campanha eleitoral de 2026.

Prefeitura de Manaus e Sebrae abrem inscrições para nova turma do Empretec

A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação (Semtepi), em parceria com o Sebrae Amazonas, abriu ontem (23) as inscrições para a Turma 350 do seminário Empretec. Ao todo, são oferecidas 25 vagas para empreendedores interessados em desenvolver competências comportamentais, aprimorar a tomada de decisões e fortalecer a gestão dos negócios.

A programação será realizada em duas etapas, das 8h às 18h. A primeira ocorrerá de forma remota, entre 14 e 18 de outubro, seguida pela etapa presencial, de 19 a 23 de outubro, na sede do



Sebrae Amazonas, na avenida Leonardo Malcher, nº 924, Centro. O seminário utiliza metodologia desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, atualmente, adota o modelo Empretec 5D.

Os interessados têm até as 17h do dia 28 de setembro para preencher o

formulário de inscrição. A seleção dos participantes será divulgada em 9 de outubro, nos canais oficiais da Prefeitura de Manaus e da Semtepi. A capacitação é voltada a empreendedores locais que buscam aprimorar habilidades e aplicar novas estratégias na condução de seus negócios.

Qualificação profissional é apontada por Serafim como caminho para fortalecer setor produtivo

O candidato a vice-governador do Amazonas, Serafim Corrêa, participou de encontro promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) e pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Amazonas (Ademi-AM), que reuniu representantes do setor para discutir propostas relacionadas à habitação, infraestrutura, logística, licenciamento e qualificação profissional. Entre as demandas apresentadas estão a ampliação da política habitacional, redução dos custos da construção, planejamento urbano e maior agilidade nos processos de

licenciamento.

Ao tratar da falta de mão de obra qualificada, Serafim defendeu o alinhamento entre os cursos oferecidos pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e as necessidades dos setores produtivos. Segundo ele, áreas como a construção civil e o polo naval apresentam demanda por profissionais especializados. O candidato também citou a possibilidade de ampliar a articulação com instituições do Sistema S e com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), buscando aproximar formação profissional e oportunidades de trabalho.

Outro ponto discutido foi

a necessidade de maior diálogo entre o Governo do Estado, prefeituras, setor produtivo e instituições de ensino para o planejamento de novas áreas destinadas às atividades econômicas. As entidades também apresentaram propostas para a política habitacional, incluindo a criação de uma Companhia Estadual de Habitação de Interesse Social, ampliação de programas de moradia e implantação de um Balcão Único Digital para integrar a análise e aprovação de projetos. O encontro faz parte de uma série de debates do Sinduscon-AM e da Ademi-AM com candidatos nas eleições de 2026.



Lula mantém liderança numérica no 1º turno, aponta AtlasIntel

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 45,8% das intenções de voto no primeiro turno da eleição presidencial, enquanto o senador Flávio Bolsonaro (PL) registra 43,4%, segundo pesquisa AtlasIntel/Bloomberg divulgada ontem (23). Na rodada anterior, de 17 de setembro, os dois tinham 44,1% e 41,7%, respectivamente. A diferença atual é de 2,4 pontos percentuais, diante de uma margem de erro de um ponto.

Em uma eventual disputa de segundo turno entre os dois, Lula aparece numericamente com 47,7%, contra 47,4% de Flávio Bolsonaro. A diferença de 0,3 ponto percentual está dentro da margem de erro,



mantendo o cenário de empate técnico. Na pesquisa anterior, Flávio tinha 47,2% e Lula, 46,8%.

A pesquisa também aponta que a desaprovação ao desempenho de Lula oscilou de 54% para 53%, enquanto a aprovação permaneceu em 45%. O levantamento ouviu 5.015

pessoas entre 17 e 22 de setembro, por meio de recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-04739/2026.

Gilmar propõe levar ao plenário do STF caso sobre indenizações a usinas

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), propôs que o plenário da Corte analise um recurso sobre indenizações da União a usinas de açúcar e álcool. O caso envolve a Raízen Energia e discute a necessidade de perícia individual para comprovar prejuízos atribuídos ao controle de preços realizado pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A proposta será analisada pela Segunda Turma em sessão virtual prevista para ocorrer entre 25 de setembro e 2 de outubro.

A discussão ganhou re-

percussão após a divulgação de mensagens extraídas do celular de Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master. Segundo reportagens, a advogada Camilla Ramos teria comemorado uma decisão do ministro Kassio Nunes Marques sobre o processo.

As mensagens passaram a integrar o contexto de questionamentos públicos sobre relações envolvendo pessoas próximas ao caso, sem que isso, por si só, comprove irregularidade na atuação do ministro.

O episódio ocorre em

meio a outros assuntos envolvendo integrantes do STF e o Banco Master. Nesta semana, Nunes Marques, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que o Instagram retirasse, em 24 horas, um vídeo que associava o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro ao banco.

Paralelamente, o TSE determinou a apuração de uma suposta rede de perfis no Instagram que teria utilizado publicações em coautoria para ampliar o alcance de conteúdos relacionados à campanha de Flávio Bolsonaro.

Senado terá duas vagas por estado; histórico de brancos e nulos chama atenção

Nas Eleições 2026, o Senado Federal terá duas vagas em disputa por estado e pelo Distrito Federal. Ao todo, serão renovadas 54 das 81 cadeiras da Casa. Um levantamento do Congresso em Foco, com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que a proporção de votos brancos e nulos para senador tem sido superior à registrada para deputado federal nas últimas eleições. Em 2022, foram 18,7% de votos brancos e nulos para o Senado, contra 10,5% para a Câmara.

Em 2018, a diferença também foi expressiva: 26,9% dos votos para senador foram brancos ou nulos, enquanto a Câmara registrou 16,1%. Em 2022, além dos 23,1 milhões de votos brancos e nulos para o Senado, 32,4 milhões de eleitores não compareceram às urnas. Somados, esses grupos representaram 35,6% do eleitorado apto que não escolheu um candidato ao Senado naquele pleito.

Neste ano, cada eleitor deverá escolher dois candidatos ao Senado, em telas diferentes da urna eletrônica. A ordem de votação será: deputado federal, deputado estadual ou distrital, primeiro senador, segundo senador, governador e presidente. O TSE informa que, nas Eleições 2026, os dois candidatos mais votados em cada estado e no Distrito Federal serão eleitos para mandatos de oito anos.



Presidente do Irã reafirma que país busca energia nuclear, não bomba atômica



O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou ontem (23) que o programa nuclear do país tem fins civis e que Teerã não pretende desenvolver uma bomba atômica. Segundo o líder iraniano, o país busca utilizar a energia nuclear para fins pacíficos e não para a produção de armas.

Pezeshkian também declarou que a navegação livre pelo Estreito de Ormuz só será retomada após a suspensão das sanções impostas ao Irã. Ele acusou adversários de utilizarem a rota marítima para transportar armas que, segundo sua versão, seriam empregadas contra o país.

Durante o discurso, o presidente iraniano ainda criticou Estados Unidos e Israel, acusando os dois países de violações de direitos humanos. Pezeshkian afirmou que o Irã está disposto ao diálogo e à diplomacia, mas rejeitou negociações sob pressão militar ou econômica.

Presidente do Paraguai leva à ONU defesa pelo retorno da Venezuela ao Mercosul

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, defendeu ontem (23) a reintegração da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), durante discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Peña, o país deve voltar a integrar o bloco sul-americano como parte de um processo de reconstrução institucional e reaproximação com a comunidade internacional.

A Venezuela foi suspensa do Mercosul em 2016, após os países-membros apontarem descumprimentos de compromissos previstos no Protocolo de Ushuaia, que estabelece a defesa da ordem democrá-



tica como requisito para a integração regional. O Paraguai já havia consultado o governo brasileiro sobre a possibilidade de participação venezuelana em uma reunião do bloco realizada em junho, em Assunção.

Em seu pronunciamento, Peña também defen-

deu uma transição democrática na Venezuela, com instituições fortalecidas, segurança e recuperação econômica. O debate ocorre em meio à reaproximação diplomática do país com outras nações da região e às discussões sobre seu futuro político e econômico.

Entre tapete vermelho e negociações, Trump recebe Xi Jinping nos EUA



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recebeu o presidente da China, Xi Jinping, ontem (23), na Base Conjunta Andrews, nos arredores de Washington. Trump foi até a pista para encontrar o líder chinês, que chegou acompanhado da esposa, Peng Liyuan. A recepção contou com tapete ver-

melho e banda militar.

A visita de Estado de Xi aos Estados Unidos ocorre pela primeira vez em mais de uma década e terá duração de três dias. A programação oficial inclui uma cerimônia de recepção na Casa Branca, nesta quinta-feira (24), além de um jantar de Estado oferecido por Trump.

Entre os assuntos previstos para as conversas estão comércio, inteligência artificial, terras raras, semicondutores e Taiwan. O encontro também ocorre durante negociações entre as duas maiores economias do mundo para manter uma trégua comercial e reduzir tensões em áreas estratégicas.



Anvisa aprova novo medicamento para tratamento do câncer de mama no Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro sanitário de uma nova medicação destinada ao tratamento do câncer de mama, a neoplasia maligna mais incidente entre as mulheres no Brasil. A decisão concede autorização para a comercialização e uso clínico do fármaco em território nacional, oferecendo uma nova alternativa terapêutica voltada, sobretudo, a casos de estágios avançados ou metastáticos que apresentaram resistência às abordagens convencionais.

O medicamento atua por meio de mecanismos alvos de alta precisão para inibir a proliferação de células tumorais, minimizando os impactos nas células saudáveis e visando aumentar



a sobrevida livre de progressão da doença. A aprovação baseou-se na análise rigorosa de ensaios clínicos de fase avançada, que demonstraram eficácia estatisticamente significativa e perfil de segurança aceitável para o perfil de pacientes indicados no protocolo oficial.

Com a validação regulatória da Anvisa, a nova terapia segue para a etapa de

precificação junto à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) antes de sua disponibilização efetiva no mercado privado. A incorporação do fármaco traz novas perspectivas para oncologistas e pacientes em todo o país, representando um avanço importante na medicina de precisão e no manejo personalizado de casos complexos da doença.

PF deflagra operação contra esquema de entrada ilegal de eletrônicos no Brasil

A Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação para desarticular um esquema criminoso especializado na entrada e comercialização ilegal de produtos eletrônicos no Brasil. Os agentes cumprem mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal em diferentes endereços ligados aos investigados, visando reter mercadorias de alto valor agregado introduzidas clandestinamente no país sem o devido recolhimento dos tributos de importação.

Segundo as investigações, o grupo utilizava rotas clandestinas e fraudes na documentação fiscal para burlar a fiscalização alfandegária em portos, aeroportos e pontos de fronteira terrestre. Dispositivos de alta tecnologia, como smartphones, tablets e acessórios, eram posteriormente distribuídos no comércio informal e em plataformas digitais de vendas, gerando expressivo prejuízo aos cofres públicos e concorrência desleal com o setor varejista regularizado.

Além da apreensão de estoques de mercadorias irregulares, as ordens judiciais preveem o bloqueio de ativos financeiros e o sequestro de bens dos integrantes do grupo para garantir o ressarcimento dos valores devidos à União. Os investigados poderão responder pelos crimes de descaminho, contrabando, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Desigualdades estruturais limitam acesso a direitos de pessoas com deficiência no país

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que as pessoas com deficiência no Brasil enfrentam severas desigualdades no acesso a direitos fundamentais, ao mercado de trabalho, à educação e aos espaços de participação social. O levantamento revela que as barreiras arquitetônicas, atitudinais e institucionais persistem como entraves centrais para a plena inclusão dessa parcela da população, estimada em cerca de 18,6 milhões de cidadãos com 2 anos ou mais

de idade. Segundo o instituto, os indicadores socioeconômicos mostram forte discrepância entre a população com e sem deficiência. A taxa de participação na força de trabalho é significativamente menor entre esse público, que também registra maiores índices de informalidade e rendimentos médios inferiores. Na educação, as taxas de analfabetismo e de evasão escolar continuam elevadas, refletindo a escassez de recursos pedagógicos adaptados, transporte acessível e infraestrutura adequada

nas redes de ensino. Além do mercado de trabalho e da escola, a pesquisa destaca que a falta de acessibilidade no transporte público e nos prédios urbanos limita a autonomia individual e a presença ativa em instâncias de decisão política e cultural. O relatório reforça a urgência do fortalecimento de políticas públicas transversais que garantam o cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, promovendo acessibilidade universal e combate à discriminação em todo o território nacional.



Festejo dos Santos Anjos terá atrações e bingos beneficentes em Tabatinga

O município de Tabatinga, no Alto Solimões, realiza entre os dias 20 e 29 de setembro o tradicional Festejo dos Santos Anjos, reunindo uma extensa programação que combina missas diárias, novenário, arraial popular com comidas típicas, atrações culturais e bingos beneficentes. As atividades acontecem na Paróquia dos Santos Anjos e mobilizam fiéis do município, de comunidades ribeirinhas e de cidades vizinhas da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.

Além das celebrações litúrgicas e momentos de oração conduzidos pela comunidade católica, a quermesse conta com espaço gastronômico de culinária regional, apresentações de grupos folclóricos e shows com artistas locais. Os bingos e leilões promovidos pela organização têm como objetivo arrecadar fundos para a manutenção das obras sociais, pastorais e reformas estruturais da paróquia.

O evento se consolida como um dos momentos mais expressivos do calendário religioso e cultural do Alto Solimões, fortalecendo a integração comunitária na fronteira. Durante todos os dias de celebração, equipes de trânsito e forças de segurança acompanham a movimentação na região central para garantir a organização e a segurança dos moradores e visitantes.

Setembro Violeta oferece atendimento especial à idosos no município de Itacoatiara

Em alusão à campanha “Setembro Violeta”, dedicada à conscientização e ao combate à violência contra a pessoa idosa, o município de Itacoatiara (a 270 quilômetros de Manaus) recebeu uma programação especial voltada ao atendimento integral da população da terceira idade. As atividades mobilizaram equipes multidisciplinares das secretarias de assistência social e saúde em uma força-tarefa de cidadania e cuidados básicos. Durante o mutirão, foram oferecidos atendimentos médicos, verificação de pressão arterial e glicemia, atualização do esquema vacinal e orientações sobre prevenção de doenças crônicas. Na esfera social e jurídica, os idosos e seus familiares puderam tirar dúvidas relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), atualização do Cadastro Único (CadÚnico)



e canais oficiais para denúncias de violação de direitos, como o Disque 100.

A iniciativa visa não apenas garantir o acesso facilitado aos serviços públicos de saúde e assistência social no interior do estado, mas também conscientizar a sociedade local sobre a importância do respeito, do acolhimento e da proteção das pessoas idosas contra abusos físicos, psicológicos e patrimoniais. A programação do Setembro Violeta segue nos dias 24, 26 e 28 de setembro, com ativi-

dades em diferentes pontos de Itacoatiara. No dia 24, o Projeto Viva Bem Idoso será realizado na igreja evangélica localizada atrás da UBS Maria Raimunda Reis, também das 7h30 às 11h30. No dia 26, será realizada uma Grande Caminhada, com concentração em frente ao Centro Especializado de Reabilitação (CER), às 7h30. No dia 28, estão previstas duas ações. O Projeto Viva Bem Idoso acontecerá na Z13, das 7h30 às 11h30, com a equipe da UBS Nicolas E. L. Neto.

Prefeitura de Parintins promove ação com atendimento gratuito no bairro Castanhal

A Prefeitura de Parintins realiza, nesta quinta-feira (24), um mutirão de serviços gratuitos por meio do programa Ação Cidadã. A iniciativa itinerante atenderá aos moradores do bairro Castanhal e localidades vizinhas, concentrando atendimentos das áreas de saúde, assistência social, cidadania e orientação jurídica em um único espaço para facilitar o acesso da população aos serviços públicos municipais.

Durante a ação, a Secre-

taria Municipal de Saúde (Semsu) disponibilizará consultas médicas, atendimento odontológico, vacinação contra a gripe e atualização da caderneta de rotina, além de aferição de pressão arterial, testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e distribuição de medicamentos básicos.

A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (Semasth) estará presente para atualização e inserção de famílias no

Cadastro Único (CadÚnico) e atendimento com assistentes sociais.

A programação inclui ainda a emissão de documentos básicos e o suporte para orientação jurídica comunitária.

A descentralização dos serviços busca aproximação com as demandas dos bairros periféricos de Parintins, reduzindo o deslocamento de famílias até a sede das secretarias e garantindo assistência célere às vulnerabilidades sociais da comunidade local.



Brigadas Ecológicas Warao fortalecem conservação e sustentabilidade em Manaus

Uma ação voltada à sustentabilidade e à integração comunitária vem mobilizando a população indígena da etnia Warao em Manaus com a criação das Brigadas Ecológicas. O projeto tem como foco principal a capacitação de famílias de refugiados e migrantes venezuelanos em práticas sustentáveis de coleta seletiva, reciclagem e conservação ambiental nos abrigos e bairros onde residem na capital.

Além de mitigar os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de resíduos sólidos, a iniciativa promove o fortalecimento da autonomia socioeconômica dos participantes. Por meio de oficinas práticas e parcerias



com cooperativas de catadores e órgãos locais, os brigadistas aprendem sobre triagem de recicláveis, compostagem orgânica e educação sanitária, transformando o cuidado com o meio ambiente em uma fonte alternativa de trabalho e renda.

A formação das Brigadas Ecológicas Warao consolida-se como uma

importante ferramenta de governança comunitária e inclusão social na Região Metropolitana de Manaus. Ao unir saberes tradicionais à gestão ambiental urbana, a proposta reforça a importância de políticas públicas humanitárias e sustentáveis voltadas ao acolhimento e à dignidade das populações migrantes no Amazonas.

Alunos de escola em Manaus produzem placas de preservação em projeto ambiental

Estudantes da Escola Municipal Francisca de Assis da Silva (EMF Estado do Amazonas), localizada em Manaus, desenvolveram uma série de placas sinalizadoras e educativas com mensagens voltadas à preservação do meio ambiente. A atividade integra as ações do projeto “Vivências Sustentáveis”, que busca unir teoria e prática no cotidiano escolar para sensibilizar a comunidade sobre o descarte correto de resíduos sólidos e o cuidado com as áreas verdes.

Para a confecção das placas, os alunos utilizaram materiais reaproveitados, como pedaços de madeira e tintas, escrevendo frases de impacto que alertam sobre os riscos da contaminação do solo e dos igarapés da capital. Além da produção artística e textual, as turmas participaram de oficinas sobre reciclagem, logística reversa e compostagem, compreendendo o ciclo de vida dos resíduos e a importância da sustentabilidade no espaço urbano.

As sinalizações produzi-

das foram instaladas nas dependências da unidade de ensino e no entorno da comunidade escolar, servindo como lembrete constante para moradores e frequentadores da região. O projeto reforça o compromisso da rede municipal de ensino em promover a educação ambiental de forma transversal, estimulando o protagonismo dos estudantes como agentes transformadores e multiplicadores de boas práticas ecológicas na Região Metropolitana de Manaus.

Arborização urbana ganha espaço na Semana da Árvore em Presidente Figueiredo

A Semana da Árvore ganhou uma ação de arborização urbana em Presidente Figueiredo, no Amazonas, ontem (23). A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, realizou o plantio de mudas na Avenida Amazonino Mendes, na sede do município. A atividade também integrou a programação da Semana da Árvore e de Limpeza de Rios e Igarapés.

A iniciativa reuniu educação ambiental, preservação dos recursos naturais e inclusão social, com a participação de crianças atendidas pelo Centro de Referência para Famílias Atípicas (CRIFA), acompanhadas por familiares, professores e orientadores. Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Marcos Petillo, a ação teve como objetivos contribuir para a reposição da vegetação e ampliar a participação de crianças com deficiência nas atividades ambientais promovidas pelo município.

A programação continua na sexta-feira, com uma caminhada prevista para sair da região das torres em direção ao Urubuí. A atividade terá como foco a importância da preservação da água, dos rios e dos igarapés, em um período marcado por altas temperaturas, baixa umidade, queimadas e impactos na qualidade do ar.

Número de autônomos com CNPJ bate recorde no Brasil

O número de trabalhadores que atuam por conta própria e possuem CNPJ chegou a 7,1 milhões em 2025, segundo dados da Pnad Contínua divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira (23). O resultado representa 27,1% dos 26,1 milhões de autônomos no país e é o maior percentual registrado desde o início da série histórica, em 2012.

Apesar do avanço, a formalização ainda alcança menos de um terço dos trabalhadores por conta própria. No início da série, apenas 15% dos autônomos tinham CNPJ. O levantamento também aponta uma forte relação entre escolaridade e registro empresarial: entre os profissionais com ensino superior completo, 50,8% possuíam CNPJ em 2025, enquanto entre aqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto a proporção era de 11%.

O IBGE aponta o crescimento do Microempreendedor Individual (MEI) como um dos fatores que podem ter contribuído para o aumento da formalização. A modalidade permite que trabalhadores regularizem suas atividades e tenham acesso a serviços financeiros e outras operações empresariais. O movimento também está relacionado ao debate sobre a chamada pejetização, quando profissionais passam a prestar serviços como pessoas jurídicas em vez de manter vínculo formal de emprego. [\(leia mais\)](#)

Carta Dudu da Floresta propõe nova economia para a Amazônia

Uma proposta para reconhecer e valorizar o trabalho de povos indígenas, comunidades tradicionais e populações extrativistas foi apresentada no arquipélago do Marajó, no Pará. A iniciativa está reunida na Carta de Compromisso Dudu da Floresta, lançada em 12 de setembro durante o encerramento da Semana Dudu da Floresta – Sociobiodiversidade e Bem-Viver. O documento defende a criação de novas formas de medir a contribuição econômica, social e ambiental de quem vive e trabalha na floresta.

A carta foi elaborada pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UnB), com assinatura da economista Mariana Mazzucato. A proposta é apro-



ximar conhecimentos tradicionais, pesquisa acadêmica e políticas públicas para desenvolver o conceito de Economia da Floresta Viva. A ideia também é reconhecer que atividades como extrativismo, pesca artesanal, agricultura familiar e manejo comunitário geram benefícios que ultrapassam os territórios amazônicos.

A programação homenageou Dulcimar Baratinha de Moraes, conhecido como Dudu da Floresta, liderança

de Currallinho que atuou na organização de populações extrativistas e no fortalecimento de práticas sustentáveis de manejo do açaí. Durante o evento, mais de 120 pessoas participaram de atividades sobre organização comunitária, cartografia social e direitos territoriais. Os participantes também visitaram comunidades para conhecer atividades ligadas à produção de açaí, pesca artesanal e turismo de base comunitária. [\(leia mais\)](#)

Fazenda reduz previsão de crescimento do PIB em 2026

O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2026. Para 2027, a estimativa também foi revisada para baixo, passando de 2,5% para 2,3%. A atualização ocorreu após o desempenho da economia no segundo trimestre ficar abaixo do esperado.

Os novos números foram divulgados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) no Boletim Macroeconômico, publicado na terça-feira (22). A revisão para este ano considera principalmente uma

perspectiva de crescimento menor para os setores de serviços e indústria. A previsão para os serviços caiu de 2,4% para 1,8%, enquanto a indústria passou de 2,1% para 1,7%.

Na avaliação da SPE, o cenário de consumo também enfrenta limitações devido ao aumento do comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas. No setor industrial, a indústria de transformação continua pressionada pelo custo elevado do crédito e pela menor procura por bens de consumo. Em contrapartida,

a atividade extrativa segue contribuindo para sustentar o desempenho da indústria.

Para o terceiro trimestre de 2026, a Fazenda projeta crescimento de 1,8% do PIB na comparação com o mesmo período do ano anterior, abaixo dos 2% registrados no segundo trimestre. A desaceleração deve ser influenciada principalmente pelo desempenho da agropecuária e, em menor intensidade, pela indústria. A projeção para o setor agropecuário, contudo, foi elevada de 1,8% para 2,8% no acumulado do ano.



Operadora de plano de saúde deve apreciar pedidos de terapia de eletrochoque de forma individualizada

Sentença da 22.^a Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus, em ação civil pública, declarou ilícita a recusa de cobertura do tratamento de eletroconvulsoterapia (ECT) fundada exclusivamente na ausência do procedimento no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ou na inexistência de serviço próprio, credenciado ou referenciado da operadora de plano de saúde no Município de Manaus. A decisão foi proferida pelo juiz George Hamilton Lins Barroso e disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico Nacional em 17/9, no processo n.º 0220302-80.2026.8.04.1000, ajuizado por associação representativa de pessoas com deficiência, com o objetivo de obrigar a operadora a custear o tratamento de eletroconvulsoterapia a beneficiários portadores de transtornos mentais graves e refratários no Amazonas, entre outros pedidos. No processo, o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (Natjus) emitiu nota técnica desfavorável à disponibilização genérica e co-



letiva do procedimento sem avaliação individualizada. Nesse sentido, considerando que os requisitos de ausência de alternativa terapêutica e de evidência científica de alto nível exigem aferição individual, a sentença ressalta que não se pode impor a cobertura coletiva e automática, o que também é incompatível com a jurisprudência vinculante. Como destacado na decisão, o Tema Repetitivo n.º 1316 do Superior Tribunal de Justiça indica o caminho metodológico para as demandas de massa, em que os requisitos comuns possam ser reconhecidos de modo uniforme; já os demais, como a prescrição por médico assistente habilitado, a ausência de alternativa terapêutica adequada no rol e o registro na Anvisa,

devem ser examinados em cada caso concreto, na forma do art. 373 do Código de Processo Civil.

Uma das teses de julgamento da ação afirma que “a operadora de plano de saúde não pode indeferir requerimento de eletroconvulsoterapia com fundamento exclusivo na ausência do procedimento no rol da ANS ou na inexistência de serviço próprio ou credenciado, cabendo-lhe apreciar cada pedido de forma individualizada e motivada, à luz dos requisitos fixados na ADI 7265”. Na sentença, o magistrado observa que a técnica da eletroconvulsoterapia não consta no rol da ANS, mas também não se enquadra nas exclusões do art. 10, incisos I a X, da Lei n.º 9.656/1998. “Não é tratamento experimental: está regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina desde a Resolução CFM n.º 2.057/2013, cujos arts. 23 e 24 disciplinam suas indicações e a avaliação clínica prévia obrigatória. Tampouco é tratamento ilícito ou não reconhecido pelas autoridades competentes”, afirma o juiz na sentença.

[\(leia mais\)](#)

Comarca do TJAM em Autazes regulamenta participação de crianças em evento

A Comarca de Autazes, município localizado a cerca de 118 quilômetros de Manaus, estabeleceu regras para a presença de crianças e adolescentes na XXVI Festa do Leite de Autazes. As normas foram definidas pela Portaria n.º 005/2026, assinada pelo juiz Pedro Ésio Correia de Oliveira, e valem durante a programação do evento, que começa nesta quinta-feira (24) e segue até sábado (26).

De acordo com a determinação, crianças e adolescentes de até 12 anos poderão permanecer na festa somente até a meia-noite e deverão estar acompanhados pelos pais ou responsáveis legais. Depois desse horário, a entrada ou permanência de adolescentes a partir dos 13 anos também dependerá do acompanhamento de um responsável. A medida considera o grande fluxo de público esperado durante os festejos.

A portaria estabelece ainda restrições para a exposição pública de crianças menores de 10 anos. Elas não poderão participar de desfiles em carros alegóricos, trios elétricos ou apresentações em palcos quando houver utilização de roupas, acessórios ou ornamentações considerados inadequados ou que possam representar riscos em meio às aglomerações. A organização também deverá impedir a venda ou entrega de bebidas alcoólicas, cigarros e outros produtos que possam causar dependência a menores de idade. Entre as demais determinações estão o controle de acesso ao evento, com apresentação de documento oficial, além da colaboração dos organizadores com equipes do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícia Militar e Polícia Civil.

Justiça determina indenização sobre o Massacre do Rio Abacaxis

Seis anos após a operação policial que terminou com a morte de indígenas e ribeirinhos no rio Abacaxis, a Justiça Federal reconheceu a responsabilidade do Estado do Amazonas e da União pelos acontecimentos registrados em agosto de 2020, entre os municípios de Nova Olinda do Norte e Borba. As primeiras decisões favoráveis às famílias foram obti-

das pela Defensoria Pública da União (DPU) e estabelecem medidas de reparação pelos danos provocados pela ação policial.

As sentenças foram proferidas pela juíza federal Jaiza Maria Fraxe, da 1.^a Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas, nos dias 3 e 8 de setembro. As decisões determinam o pagamento de indenizações

que, inicialmente, chegam a R\$ 900 mil, além da concessão de pensões mensais às famílias das vítimas. O Judiciário também determinou que os entes públicos façam pedidos formais de desculpas aos familiares. O episódio ocorreu durante uma operação policial realizada na região do rio Abacaxis, em agosto de 2020.

Cientistas avançam sobre os Pergaminhos de Herculano

Pesquisadores encontraram uma nova pista que pode ajudar a revelar o conteúdo dos antigos Manuscritos de Herculano, rolos de papiro carbonizados pela erupção do Monte Vesúvio, no ano 79 d.C. O estudo, publicado na revista científica PLOS One em 16 de setembro, mostrou que a presença de chumbo na tinta pode facilitar a identificação das letras por meio de exames de raios X.

Centenas desses pergaminhos permanecem preservados na Biblioteca Nacional de Nápoles, na Itália, mas muitos estão tão danificados que não podem ser desenrolados fisicamente sem correr o risco de serem destruídos. Por isso, cientistas recorrem à tomografia de raios X e a sistemas de inteligência artificial para produzir imagens internas dos rolos e tentar reconstruir virtualmente os textos.

Para testar a técnica, os pesquisadores produziram réplicas de papiros utilizando materiais semelhantes aos empregados na Antiguidade. Eles escreveram diferentes textos, enrolaram os materiais e depois os submeteram a altas temperaturas em um ambiente com pouco oxigênio, reproduzindo condições semelhantes às que preservaram os manuscritos durante a erupção do Vesúvio. Os testes mostraram que a tinta contendo chumbo apresenta um sinal mais evidente nas imagens de raios X do que a tinta composta apenas por carbono.

A descoberta pode ajudar a selecionar quais dos mais de 600 pergaminhos ainda fechados devem ser examinados primeiro. [\(leia mais\)](#)

Empresa Meta deve lançar óculos sem câmera após críticas

A Meta deve apresentar nesta quarta-feira (23) novos modelos de óculos inteligentes durante a conferência anual Connect, incluindo uma versão que não terá câmeras. A possível novidade surge em um momento de aumento das discussões sobre privacidade envolvendo dispositivos equipados com recursos de inteligência artificial e capazes de registrar imagens de pessoas sem autorização.

A empresa vem ampliando sua atuação no mercado de dispositivos vestíveis e aposta nos óculos inteligentes como uma das principais frentes para integrar inteligência artificial ao cotidiano. Os equipamentos podem oferecer recursos como interação por voz e acesso a ferramentas digitais sem a necessidade de o usuário recorrer diretamente ao celular.



A opção sem câmera pode representar uma tentativa de atender às preocupações relacionadas ao uso desses dispositivos em locais públicos. A presença de câmeras em óculos inteligentes tem provocado questionamentos sobre quando uma pessoa está sendo filmada ou fotografada, especialmente porque o registro pode ocorrer de maneira discreta. A Meta ainda deve apresentar oficialmente os detalhes do novo modelo durante o evento.

recer recursos como interação por voz e acesso a ferramentas digitais sem a necessidade de o usuário recorrer diretamente ao celular.

A opção sem câmera pode representar uma tentativa de atender às preocupações relacionadas ao uso desses dispositivos em locais públicos. A presença

Exposição mescla ciência e tecnologia em Manaus em prol da bioeconomia

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) promove a Exposição Amazônia Interativa, iniciativa que combina arte, ciência e tecnologia para aproximar o público das riquezas naturais da região e dos principais desafios ambientais enfrentados no Amazonas e em outras partes do mundo. O projeto é coordenado por Elio Molisani Ferreira Santos, do departamento de Física da universidade.

A mostra utiliza instalações interativas para apresentar temas relacionados à biodiversidade, à preservação ambiental e às culturas dos povos originários. As obras incorporam recursos como inteligência artificial, realidade aumentada e microcontroladores, criando experiências que estimulam



estudantes e integrantes da comunidade. Durante as atividades, os participantes poderão construir autômatos inspirados em animais da fauna amazônica, utilizando a prática e a criatividade como ferramentas para ampliar o contato com o conhecimento científico.

A Exposição Amazônia Interativa é realizada em parceria com o Museu da Amazônia (MUSA) e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). No MUSA, a mostra está programada para ocorrer de 25 a 29 de setembro, das 9h às 16h. Já no campus da Ufam, a exposição será realizada entre 26 e 30 de outubro, como parte da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

estudantes e integrantes da comunidade. Durante as atividades, os participantes poderão construir autômatos inspirados em animais da fauna amazônica, utilizando a prática e a criatividade como ferramentas para ampliar o contato com o conhecimento científico.

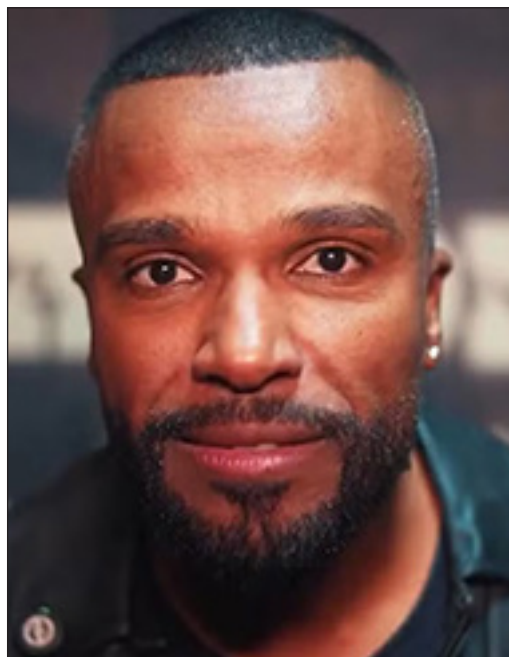
A Exposição Amazônia Interativa é realizada em parceria com o Museu da Amazônia (MUSA) e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). No MUSA, a mostra está programada para ocorrer de 25 a 29 de setembro, das 9h às 16h. Já no campus da Ufam, a exposição será realizada entre 26 e 30 de outubro, como parte da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.



Cantor Alexandre Pires entra na mira da Polícia Federal por garimpo ilegal

O cantor Alexandre Pires, de 50 anos, é investigado pela Polícia Federal em um caso que apura um suposto esquema de lavagem de dinheiro relacionado à comercialização ilegal de cassiterita extraída da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Segundo as investigações, o artista e uma empresa ligada à sua produção musical teriam recebido R\$ 31 milhões de empresas apontadas como integrantes da organização investigada.

A defesa do cantor, representada pelo advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, negou qualquer participação de Alexandre Pires nas atividades investigadas



pela Polícia Federal. Em nota, o advogado afirmou que o artista nunca teve envolvimento com garimpo ou extração de minérios, especialmente em terras indígenas.

“Alexandre Pires não tem e nunca teve qualquer envolvimento com garim-

po ou extração de minério, muito menos em área indígena”, afirmou a defesa. O documento também destaca a trajetória profissional do cantor e ressalta sua atuação no cenário musical brasileiro.

Ao final da manifestação, a defesa declarou que Alexandre Pires não praticou qualquer irregularidade e afirmou que essa posição estaria sendo demonstrada no decorrer das investigações. Até o momento, as apurações da Polícia Federal continuam, e a investigação deverá esclarecer a origem dos valores recebidos e eventual relação do cantor com as empresas citadas no caso.

Três Policiais são presos em Manaus por “Arrocho”

Três policiais militares foram presos durante uma operação do Departamento de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), no Porto de Manaus, no Centro, zona Sul da capital. Segundo a Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), os agentes são investigados por suspeita de extorsão e envolvimento com o chamado “arrocho” de drogas, prática criminosa em que integrantes abordam outros envolvidos no tráfico para tomar cargas de entorpecentes.

Os policiais presos foram identificados como os 3º sargentos Kelliton Bispo da Silva e Geovane da Silva Cruz, além do cabo Reginaldo Costa Maciel. Conforme as informações da investigação, o grupo teria ido ao porto para interceptar uma mulher que chegaria de lancha com uma carga de drogas. A movimentação chamou a atenção das equipes do DRCO após denúncias sobre a presença dos agentes no local.

Os investigadores passaram a acompanhar uma caminhonete preta que circulava repetidamente nas proximidades do terminal hidroviário. Durante a consulta aos sistemas de segurança, foi constatado que o veículo utilizava uma placa adulterada. Dois ocupantes abordaram uma mulher identificada como Gabriele Alves de Sousa logo depois que ela desembarcou. A mulher foi levada em direção ao veículo, quando os policiais civis realizaram a intervenção. Durante a abordagem, foram encontrados tablets de drogas com Gabriele, além de armas pertencentes aos policiais, R\$ 5.464 em dinheiro, materiais usados para embalar entorpecentes e a chave de outro veículo branco, que seria utilizado como apoio na ação.

Incêndio atinge área verde do Parque das Tribos e cacique aponta para crime ambiental

Um incêndio que atinge uma área de vegetação no Parque das Tribos, no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus, mobilizou equipes do Corpo de Bombeiros e deixou moradores apreensivos. O fogo, que segundo uma liderança indígena já se estende por pelo menos dois dias, avançou pela mata e chegou próximo a áreas residenciais da comunidade.

A situação foi registrada nas proximidades da rua Cacique Messias Cocama, na segunda etapa do Parque das Tribos. O vento pode ter contribuído para a propagação das chamas e fez com que a fumaça se espalhasse pela região,

chegando a trechos próximos ao Rapidão. Moradores relatam preocupação principalmente com crianças, idosos e pessoas com deficiência que vivem nas proximidades.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, o cacique do Parque das Tribos, Ismael Munduruku, mostrou pontos da área atingida enquanto acompanhava a atuação dos bombeiros durante a madrugada. Segundo ele, o incêndio teria começado após uma pessoa colocar fogo em uma área e não realizar a devida extinção das chamas. “São exatamente uma da manhã e eu estou aqui com o Corpo de Bombeiros para

mostrar a situação. Infelizmente isso aqui aconteceu por um ato de uma pessoa irresponsável que fez seu fogo ali e não apagou”, afirmou.

As equipes do Corpo de Bombeiros atuaram no combate ao incêndio para evitar que o fogo avançasse ainda mais em direção às residências. Mesmo com a ação dos militares, moradores seguem preocupados com a possibilidade de novos focos e pedem que a área permaneça sob monitoramento após o controle das chamas. A destruição da vegetação também preocupa a comunidade, que cobra medidas para evitar novos incêndios na região.



FAF adia jogos da base por más condições do ar na capital amazonense

A Federação Amazonense de Futebol (FAF) comunicou o adiamento das partidas válidas pelas quartas de final do Campeonato Amazonense Sub-12, em razão das atuais condições da qualidade do ar em Manaus.

A decisão foi adotada diante da presença de fumaça na cidade e das orientações dos órgãos competentes de saúde e proteção, que recomendam a redução da exposição ao ar livre e a suspensão de atividades físicas externas, enquanto as condições da qualidade do ar permanecerem prejudicadas.

A FAF ressalta que a preservação da saúde e da segurança dos atletas, comissões técnicas, equipes de arbitragem e demais profissionais envolvidos nas partidas constitui prioridade da entidade. A nova programação dos jogos será definida e, posteriormente, comunicada oficialmente pela Federação Amazonense de Futebol aos clubes participantes e ao público.

Manaus FC anuncia a contratação do zagueiro David Cruz para a temporada 2027

O Manaus Futebol Clube anunciou a contratação do zagueiro David Cruz, de 29 anos e 1,84m, para reforçar o elenco na temporada 2027. Natural de Belém-PA, o defensor chega ao Gavião Real com passagens por Águia de Marabá (PA); Taubaté (SP); e Brasil de Pelotas (RS), além de ter uma passagem pelo São Raimundo (AM), em 2021.

Com a chegada de David Cruz, o ManausFC segue estruturando seu elenco para os desafios da próxima temporada, fortalecendo o setor defensivo e buscando atletas comprometidos com a camisa e com o projeto do clube.

“Escolhi o Manaus porque conheço a grandeza, a história e a seriedade desta instituição. Quando meu empresário me apresentou a proposta, não tive dúvidas em aceitar. Sei da responsabilidade que é vestir essa camisa e estou chegando muito motivado para este novo desafio. A



partir de agora, meu foco é o Manaus. Estou pronto para defender essa camisa, honrar o clube e fazer o meu melhor dentro de campo para ajudar a equipe a conquistar seus objetivos”, destacou o zagueiro.

Alison dos Santos quebra recorde de novo e fatura o ouro nos Jogos Sul-Americanos

Recordista mundial nos 400m com barreiras, Alison dos Santos, o Piu, conquistou, nesta quarta, a medalha de ouro nos 400m rasos dos Jogos Sul-Americanos de Santa Fé, na Argentina.

Piu, que já tinha batido o recorde da competição na semifinal (44s99), cravou 44s61 na final, superando a marca do evento pelo segundo dia seguido.

Apesar da conquista, a expectativa de Alison era correr a fi-

nal abaixo dos 44 segundos pela primeira vez na carreira e bater o recorde brasileiro da prova, que é 44s29 (estabelecidos por Sanderlei Parrela em 1999).

No entanto, o corredor encerrou a temporada desmonstrando muita consistência, já que correu todos as provas de 400m rasos em 2026 abaixo dos 45 segundos, incluindo seu recorde pessoal (44.38), obtido em abril nos EUA.





COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EM 2024 (EM MILHARES DE REAIS)							
ATIVO	NOTA	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.579	261	Circulante			
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	16.021	6.430	Fornecedores	11	4.011	6.723
Contas a receber de clientes	6	5.036	8.838	Empréstimos e financiamentos	12	29.103	14.481
Adiantamentos a fornecedores		19	41	Obrigações sociais e trabalhistas		1.346	1.539
Impostos a recuperar	7	263	1.219	Obrigações tributárias	13	12.028	5.715
Estoques		690	304	Transações com partes relacionadas	8	501	-
AFRMM para liberação	5	20.397	24.427	Dividendos a pagar	17	12.436	-
Despesas antecipadas		1.550	1.060	Provisões para contingências	14	1.816	1.668
Outros ativos		1.851	2.556	Arrendamentos a pagar	15	372	4.025
				Outras contas a pagar	16	4.446	2.328
				Total do passivo circulante		66.059	36.479
Total do ativo circulante		56.406	45.136	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	12	20.334	-
				Obrigações tributárias	13	8.526	6.844
Não circulante				Arrendamentos a pagar	15	214	482
Depósitos judiciais		195	313	Transações com partes relacionadas	8	-	213
Partes relacionadas	8	236.788	172.924	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	207.997	201.215
Direitos na transação negocial		5	5	Adiantamentos diversos		687	737
Outros ativos		97	225	Provisões para contingências	14	833	444
Imobilizado	9	117.422	108.628			238.591	209.935
Direito de uso	10	466	4.218	Patrimônio líquido	17		
Intangível		1	2	Capital social		21.194	21.194
				Reserva legal		1.706	-
				Reserva de lucros a realizar		1.059	1.059
				Reserva de incentivos fiscais		82.771	62.784
Total do ativo não circulante		354.974	286.315	Total do patrimônio líquido		106.730	85.037
Total do ativo		411.380	331.451	Total do Passivo e patrimônio Líquido		411.380	331.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EM 2024 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO POR AÇÃO)			
	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	18	77.565	86.974
Custos dos serviços prestados	19	(59.610)	(76.877)
Lucro bruto		17.955	10.097
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(3.665)	(4.152)
Despesas com serviços prestados	21	(1.765)	(1.019)
Despesas gerais e administrativas	22	(652)	(1.124)
Depreciação e amortização		(5)	(7)
Despesas tributárias		(1.078)	(249)
		(7.165)	(6.551)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	5	19.988	24.234
Outras receitas (despesas) operacionais	23	19.187	2.338
		39.175	26.572
		49.965	30.118
Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		3.298	2.107
Despesas financeiras		(11.226)	(5.995)
		(7.928)	(3.888)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.037	26.230
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25	(7.908)	(3.191)
Lucro líquido do exercício		34.129	23.039
Lucro por ação, básico e diluído - em Reais		11.899,93	8.033,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM 2025 E EM 2024 (EM MILHARES DE REAIS)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	34.129	23.039
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	34.129	23.039

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)							
	NOTA	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de Ilucros a realizar	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro 2023		21.194	-	39.745	1.059	-	61.998
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.039	23.039
Constituição (Reversão) de reserva por AFRMM gerado	17	-	-	23.039	-	(23.039)	-
Em 31 de dezembro 2024		21.194	-	62.784	1.059	-	85.037
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	34.129	34.129
Constituição (Reversão) de reserva por AFRMM gerado	17	-	-	19.987	-	(19.987)	-
Reserva legal			1.706			(1.706)	-
Destinação de dividendos		-	-	-	-	(12.436)	(12.436)
Em 31 de dezembro 2025		21.194	1.706	82.771	1.059	-	106.730

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EM 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	NOTA	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		34.129	23.039
Depreciação e amortização	9	9.363	9.360
Juros sobre embarcações afretadas	10	233	1.295
Amortização de embarcações afretadas	10	1.994	5.461
Receita de baixa de embarcações afretadas		(945)	-
Baixa de imobilizado	9	2.509	106
Receita de venda de imobilizado	22	(10.410)	-
Receita de subvenção de AFRMM	5	(19.988)	(24.232)
Juros passivos		3.900	3.841
Juros com partes relacionadas	8	(2.557)	(1.969)
		18.228	16.901
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	9	3.802	(2.860)
Adiantamentos a fornecedores	12	22	136
Impostos a recuperar	10	956	134
Estoques	12	(386)	119
Despesas antecipadas		(490)	(367)
Outros ativos		1.557	(1.921)
Depósitos Judiciais		118	(45)
AFRMM (ativo e passivo líquido)		21.110	23.801
Fornecedores		(2.712)	(2.813)
Obrigações sociais e trabalhistas		(193)	(113)
Obrigações tributárias		8.432	8.025
Adiantamentos diversos		(50)	395
Outras contas a pagar		2.118	2.097
Provisões para contingências		537	260
		34.821	26.848
Caixa e equivalente de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos			
Juros pagos		(3.895)	(3.841)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(437)	(1.762)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		48.717	38.146
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	9	(20.665)	(10.318)
Venda de ativo imobilizado		9.785	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(10.880)	(10.318)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	12	(30.092)	(38.689)
Partes relacionadas liquidas		(61.019)	(21.833)
Arrendamentos pagos	10	(1.451)	(6.824)
Recursos provenientes de novos empréstimos	12	65.043	38.707
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(27.519)	(28.639)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		10.318	(811)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		261	1.072
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		10.579	261
As transações que não afetam caixa estão demonstradas na Nota Explicativa 25.			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)	
1	Contexto operacional A Companhia de Navegação da Amazônia – CNA (“Companhia” ou “CNA”) a é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Maria Amorim Neves 250, Anexo A, Compensa, na cidade de Manaus, estado do Amazonas, consolidada como um dos principais players no transporte fluvial de graneis líquidos na Região Norte, atuando com transporte de petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis. Possui carteira diversificada de clientes, conta com equipe composta por 144 profissionais responsáveis pela operação de sua frota formada por 21 balsas, 13 empurradores fluviais e uma embarcação de grande porte em 31 de dezembro de 2025 (37 balsas, 18 empurradores fluviais e uma embarcação de grande porte em 31 de dezembro de 2024). No ano de 2025, a Companhia transportou 881.196,20 m³ de graneis líquidos (1.070.863 m³ em 31 de dezembro de 2024). O acionista da Companhia é a MLog S.A. A Companhia possui outorga da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), opera como Empresa Brasileira de Navegação, garantindo excelência e conformidade regulatória em todas as suas atividades, com elevados padrões de qualidade. Em março de 2024, a Companhia iniciou uma nova linha de negócios, o “Bunkering” - que consiste na disponibilização de ativos com capacidade de armazenamento de combustível em área abrigada e que abastecem embarcações sem que estas precisem navegar até à costa. A Companhia afreta os ativos para que o seu cliente disponibilize combustível às embarcações, sendo a operação de abastecimento também a cargo da Companhia. Em maio de 2025, o distrato do contrato foi assinado e a operação foi vertida em serviços de transportes de combustíveis para o mesmo cliente. Ressalta-se que a Companhia é autorizada pela Marinha do Brasil a realizar o serviço de “bunkering” em todo o território brasileiro, tanto em águas fluviais quanto na costa oceânica. A embarcação de grande porte de propriedade da Companhia, denominada de “Asgaard Sophia”, é afretada junto à parte relacionada Columbus Offshore S.A. (anteriormente denominada “ASGAARD Bourbon Navegação S.A.”). Nesse sentido, por meio do acordo firmado entre as partes relacionadas para afretamento de casco nu da referida embarcação, a parte relacionada Columbus Offshore S.A. opera a embarcação para prestação de serviços junto à Petrobras.
2	Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais são consistentes com as políticas utilizadas pela Administração em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 9 de setembro de 2026.
2.1	Continuidade operacional As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos, incluindo aquelas decorrentes de empréstimos bancários, conforme descrita na Nota Explicativa nº 12. Os balanços patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 9.653 (passivos circulantes inferiores aos ativos circulantes em R\$ 8.657 em 31 de dezembro de 2024). Essa situação de liquidez em 31 de dezembro de 2025 é reflexo de contratações de empréstimos bancários de

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

curto prazo, que têm sido frequentemente reestruturados em dívidas de longo prazo. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional são medi-das fundamentais para que suas atividades operacionais não sejam comprometidas.

3 Políticas contábeis materiais

A seguir são apresentadas as políticas contábeis materiais utilizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros da Companhia depende da finalidade para a qual são adquiridos. A Administração deter-mina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros destinados à coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos apenas por principal e juros, são mensura-dos ao custo amortizado, com as receitas de juros reconhecidas pelo método da taxa efetiva. Os passivos financeiros são reconheci-dos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Ativos e passivos financeiros são classificados como circulantes ou não circulantes conforme o vencimento seja inferior ou superior a 12 meses após a data do balanço.

c. Equivalentes de caixa

São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montan-te conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

d. Contas a receber e provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes fatura-dos e, posteriormente, pelos saldos deduzidos de perdas estimadas no valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia mensura a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, levando-se em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um exercício específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas. Atualmente, a Adminis-tração entende que no curso atual dos negócios operacionais, não existe expectativa de novas perdas.

e. Transações entre partes relacionadas

Os empréstimos entre partes relacionadas são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo entre partes relacionadas, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos entre partes relacionadas são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f. Imobilizado

São registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Compa-nhia. A depreciação e é calculada com base na vida útil dos ativos, sendo as principais abaixo demonstradas:

Descrição	Vida útil (anos)
Embarcações	20
Benfeitoria em embarcações de terceiros	10
Chatas	20
Máquinas e ferramentas	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Prédios	25
Softwares	5
Benfeitorias	25
Equipamentos de processamento de dados	5
Equipamentos de comunicação	5

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos, embarcações em andamento e chatas em andamento não são depreciadas.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9. Os métodos de deprecia-ção, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A Companhia não atribui valor residual aos ativos.

g. Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando de sua celebração. O arrendamento é caracterizado quando, em troca de pagamentos mensais, há o aluguel ou a transmissão do direito de uso por tempo determinado, de um ativo arrendado claramente especificado.

O prazo de arrendamento utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento ocorre no reconhecimento inicial. A reavaliação do prazo de arrendamento ocorrerá quando houver um evento significativo ou alteração significativa nas circuns-tâncias controladas pelo arrendatário. Conforme previsto na norma, o arrendatário pode adotar a isenção de reconhecimento para contratos com prazos inferiores a doze meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unida-des Geradoras de Caixa - UGCs).

Abaixo são demonstradas premissas básicas para elaboração do teste recuperável de ativos:

Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, confor-me o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil esperada para cada ativo / unidade geradora de caixa
Margem Bruta	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, históri-co de negócios e tendência de mercado
Custos	Baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Crescimento real com limitação à vida útil do ativo
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") em dólares que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 15,92% para Navegação.

i. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por aquisição de materiais e serviços adquiridos de fornecedores e prestadores de serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valor justo (líquidos dos custos da transa-ção) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, a menos que a Companhia tenha direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

k. Obrigações sociais e trabalhistas

Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

l. Impostos a recolher

As obrigações tributárias são mensuradas ao custo, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores são devidos. As obrigações tributárias são apresentadas no passivo circulante, quando o reco-lhimento é devido dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando o recolhimento é devido após esse período.

m. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

n. Adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante – AFRMM

A Companhia é beneficiária nos termos da Lei nº 10.893/2004 do recebimento de 100% (cem por cento) do benefício do AFR-MM gerado nas suas atividades de navegação fluvial e repassado em forma de subvenção governamental. O uso desses recursos, extensivo à Controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mes-mos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. A realização desse passivo em contrapartida ao resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso da não utilização no prazo de 3 (três) anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 16 da Lei 14.789/2023 e item 15B do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções reconhecidas no resultado até o limite do lucro líquido, não são tributadas, desde que mantidas em conta de reserva de lucros, ficando a utilização desse reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento de capital. O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

A Lei nº 14.301/22, que instituiu o programa de estímulo ao transporte por cabotagem, assegura a manutenção da atual alíquota de AFRMM para a CNA continue válida até 8 de janeiro de 2032, para as embarcações que operem no mesmo tipo de navegação responsável pela geração dos recursos do próprio AFRMM.

o. Receitas com prestação de serviços

As receitas de transporte de cargas e sobrestadia são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços. Nesse contexto, as receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência do serviço ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis, os quais são alocados ao preço da transação, considerando cada obrigação de desempenho, pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente.

Assim, a receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho, que acontece quando a transferên-cia do serviço prometido é efetivada para o cliente. O serviço é considerado transferido quando está de posse do cliente, ou seja, quando o cliente tem controle e obtém substancialmente todos os benefícios restantes do serviço prestado.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrerem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela na qual a Companhia vende os serviços em transações separadas, ou contratos firmados antecipadamente.

p. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração so-mente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há evidência de utilização em lucros tributáveis futuros.

q. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordi-nárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O lucro diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordina-rias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

r. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia classifica os juros de empréstimos e financiamentos pagos como atividade operacional, considerando que os juros de empréstimos e financiamentos fazem parte do custo normal de suas operações.

s. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem vir a afetar a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas Notas Explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconheci-das no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota Explicativa
Perdas de crédito esperadas	6
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	14 e 15

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhe-cidas no exercício no qual as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

t. Pronunciamentos novos ou ainda não adotados

As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade);

As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	-
Conta corrente	1.304	261
Aplicações financeiras	9.272	-
Caixa e equivalentes de caixa	10.579	261

A Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a aplicação rendeu 11,7%.

5 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM")

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e regulamentado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, posteriormente alterada, inclusive pela Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023.

O AFRMM tem por finalidade custear os encargos decorrentes da intervenção da União no fomento e desenvolvimento da marinha mercante nacional e da indústria naval brasileira, constituindo-se em fonte principal de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), conforme legislação vigente.

A Companhia auferে o percentual de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o valor do frete das operações de navegação interior realizadas por seus clientes, sendo os valores arrecadados vinculados exclusivamente à aplicação em atividades relacionadas à construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações, bem como à amortização de financiamentos destinados à aquisição de tais ativos navais, nos termos do artigo 16 da Lei nº 14.789/2023.

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente apenas quando há razoável certeza quanto ao cumprimento, por parte da Companhia, das condições a elas vinculadas, e quando há o efetivo recebimento dos respectivos recursos. Até que esses requisitos sejam atendidos, o valor é registrado no ativo e em contrapartida em conta específica do passivo não circulante, refletindo a natureza condicional do benefício.

O benefício decorrente do AFRMM é registrado no ativo e no passivo não circulante nos seguintes momentos conforme CPC 07:

(i) registro da receita de frete com a formalização das operações no Sistema Mercante, sujeitas à análise da Receita Federal do Brasil;

(ii) liberação dos recursos para a conta vinculada; e

(iii) utilização dos recursos (saques) para projetos de construção, docagem, reparo e manutenção de embarcações, incluindo reembolsos de valores realizados com recursos próprios da Companhia.

Os montantes registrados no passivo à título de AFRMM são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos ativos financiados ou vinculados ao benefício. As subvenções para investimento não se sujeitam à incidência de tributos e são destinadas à constituição de reserva de lucros, até o limite do lucro líquido do exercício. Ressalte-se que tais valores estarão sujeitos à tributação caso lhes seja conferida destinação diversa daquela prevista na legislação aplicável.

A Administração da Companhia entende que não há riscos associados às subvenções governamentais registradas no passivo, uma vez que o reconhecimento contábil segue rigorosamente as disposições legais e os critérios de razoável certeza quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para o recebimento e utilização dos recursos.

Os quadros abaixo apresentam, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço:

Descrição	Contas do Ativo			Contas do Passivo
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada 2	AFRMM para liberação 1	AFRMM para liberação 1	Subvenções governamentais a apropriar – AFRMM 3
Saldo em 31/12/2023	7.875	20.370	-	199.038
AFRMM gerado	-	-	26.345	26.345
Depósitos em conta vinculada	22.120	(22.117)	-	-
Diferença de processos recebidos	17	(171)	-	(152)
Rendimentos da conta vinculada	452	-	-	451
Ressarcimento de reparos	(23.679)	-	-	-
Imposto de renda e Comissão BNDES	(345)	-	-	(223)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(24.234)
Outros (Segregação/estorno/baixas)	(10)	26.345	(26.345)	(10)
Saldo em 31/12/2024	6.430	24.427	-	201.215
AFRMM gerado	-	-	-	-
Depósitos em conta vinculada	30.005	(30.005)	25.975	25.975
Rendimentos da conta vinculada	1.102	-	-	-
JumORIZATION capitalizada*	(10.827)	-	-	1.102
Ressarcimento de reparos	(10.283)	-	-	-
Imposto de renda e Comissão 1%	-	-	-	-
BNDES	(406)	-	-	(307)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(19.988)
Outros (Segregação/estorno/baixas)	-	25.975	(25.975)	-
Saldo em 31/12/2025	16.021	20.397	-	207.997

*Ressarcimento para a construção de novas embarcações.

1. **AFRMM para liberação de R\$ 20.397:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.

2. **AFRMM depositado em conta vinculada de R\$ 16.021:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3. **Subvenções governamentais a apropriar AFRMM de R\$ 207.997:** R\$ 171.578 corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados. R\$ 36.419 ainda não foram implementadas as condições estabelecidas para o reconhecimento como receita diferida.

Ressalta-se que o procedimento contábil adotado está em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis a subvenções e contas vinculadas. Ademais, a Nota Técnica nº 28/2025/CGFOM-DNAF-SNHN-MPOR, emitida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, oferece orientação administrativa específica para o setor, destacando que não há previsão legal para a devolução dos recursos fruídos da conta vinculada, no montante de R\$ 207.997, registrados no passivo não circulante. Esses recursos foram liberados e aplicados no curso ordinário das atividades da CNA, em projetos previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

6 Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	5.162	8.964
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(126)	(126)
Total	5.036	8.838

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é de 100% sobre os valores ajuizados de clientes antigos. Tal expectativa decorre da política de crédito anterior da Companhia, que não exigia comprovação de capacidade de pagamento ou garantias suficientes para mitigar o risco de inadimplência.

Os valores de contas a receber de clientes têm o seguinte prazo de recebimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Vencer	4.771	7.859
Valores vencidos:		
Até 30 dias	265	979
De 181 a 360 dias	126	126
	5.162	8.964

7 Impostos a recuperar

A composição dos saldos de impostos a recuperar são apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
IOF a recuperar	26	26
IR/PIS/COFINS e CSLL retido	164	779
IRPJ e CSLL saldo negativo	73	391
PIS e COFINS a recuperar	-	23
Total de impostos a recuperar	263	1.219

8 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas referem-se a mútuos e notas promissórias como abaixo demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante		
MLog S.A.	141.962	140.012
Columbus Offshore S.A.	86.332	32.912
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	8.494	-
Total do ativo não circulante	236.788	172.924

Passivo circulante

Morro do Pilar Minerais S.A.	501	-
Total do passivo circulante	501	-

Passivo não circulante

NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	-	213
Total do passivo não circulante	-	213

O mútuo no montante de R\$ 16.512 (R\$ 16.078 em 31 de dezembro de 2024) entre a Companhia e sua Controladora MLog é corrigido à taxa de CDI+5% ao ano e não possui data de vencimento.

As Notas Promissórias no ativo não circulante entre a Companhia e a MLog no montante de R\$ 125.450 (R\$ 123.934 em 31 de dezembro de 2024), com a Columbus Offshore no montante de R\$ 86.332 (R\$ 32.912 em 31 de dezembro de 2024) e com a NSN R\$ 8.494 (zero em 31 de dezembro de 2024), e no passivo circulante com a Morro do Pilar no montante de R\$ 501 (zero em 31 de dezembro de 2024), são corrigidas à taxa de juros 0,10% ao mês e não possui data de vencimento estabelecido.

A movimentação líquida entre partes relacionadas no exercício de 2025 foi de R\$ 61.679 (R\$ 21.833 em 2024), considerando valores recebidos e pagos, IOF e afretamento.

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
MLog S.A.	1.711	1.692
Columbus Offshore S.A.	777	277
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	69	-
	2.557	1.969

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores como pessoal chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração desses diretores foi de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2024). A remuneração global máxima da diretoria, para o período de 25 de julho de 2025 a 25 de julho de 2026, em até R\$ 1.000, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de julho de 2025.

9 Imobilizado

Os saldos que compõem o ativo imobilizado são demonstrados a seguir:

Custo de aquisição	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2025
Embarcações	129.737	3.000	626	(5.196)	128.167
Chatas	74.035	-	10.042	(11.079)	72.998
Máquinas e ferramentas	1.575	36	-	(171)	1.440
Móveis e utensílios	536	12	-	(87)	461
Veículos	362	-	-	(101)	261
Terrenos	1.006	-	-	-	1.006
Prédios	1.645	-	-	-	1.645
Equipamentos de informática	223	-	-	(3)	220
Equipamentos de comunicação	824	12	-	(149)	687
Benfeitorias em embarcações de terceiro	2.180	-	-	-	2.180
Embarcações em andamento	4.398	1.256	(626)	(720)	4.308
Chatas em andamento	6.931	15.565	(10.042)	-	12.454
Benfeitorias (revitalização de terreno)	-	784	-	-	784
	231.574	20.665	-	(19.455)	232.784

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

		31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2025
Depreciação acumulada	Taxa					
Embarcações	5%	(56.363)	(6.080)	-	4.610	(57.833)
Chatas	5%	(55.490)	(2.697)	-	9.938	(48.249)
Máquinas e ferramentas	20%	(1.000)	(98)	-	136	(962)
Móveis e utensílios	10%	(365)	(26)	-	77	(314)
Veículos	10%	(362)	-	-	101	(261)
Equipamento de informática	20%	(198)	(6)	-	3	(201)
Equipamentos de comunicação	20%	(576)	(53)	-	132	(497)
Benfeitorias em embarcações de terceiro		(470)	(402)	-	-	(872)
		(122.946)	(9.362)	-	16.946	(115.362)
Imobilizado líquido		108.628	11.303	-	(2.509)	117.422

A rubrica “Chatas em andamento” se refere à modernização da frota em andamento. As embarcações em andamento se referem à construção de 1 (uma) balsa petroleira e de 4 (quatro) graneleiras. Para as baixas de embarcações e chatas ocorridas no decorrer do ano de 2025, vide nota explicativa nº 23.

Custo de aquisição		31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
Embarcações		129.109	269	359		129.737
Chatas		70.798	259	2.979	(1)	74.035
Máquinas e ferramentas		1.500	190	-	(115)	1.575
Móveis e utensílios		512	46	-	(22)	536
Veículos		362	-	-	-	362
Terrenos		819	-	187	-	1.006
Prédios		1.645	-	-	-	1.645
Equipamento de informática		219	4	-	-	223
Equipamentos de comunicação		731	104	-	(11)	824
Reavaliação		8.122	-	-	-	8.122
Benfeitorias em embarcações de terceiro		2.180	-	-	-	2.180
Embarcações em andamento		3.678	1.079	(359)	-	4.398
Chatas em andamento		1.585	8.367	(2.979)	(42)	6.931
Benfeitorias		187	-	(187)	-	-
		221.447	10.318	-	(191)	231.574

Depreciação acumulada	Taxa					
Embarcações	5%	(50.266)	(6.097)	-		(56.363)
Chatas	5%	(52.823)	(2.667)	-		(55.490)
Máquinas e ferramentas	20%	(951)	(106)	-	57	(1.000)
Móveis e utensílios	10%	(358)	(25)	-	18	(365)
Veículos	10%	(362)	-	-	-	(362)
Equipamento de informática	20%	(199)	(9)	-	10	(198)
Equipamentos de comunicação	20%	(524)	(52)	-	-	(576)
Reavaliação		(8.122)	-	-	-	(8.122)
Benfeitorias em embarcações de terceiro		(67)	(403)	-	-	(470)
		(113.672)	(9.359)	-	85	(122.946)
Imobilizado líquido		107.775	959	-	(106)	108.628

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data-base de 31 de dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificada necessidade de constituição de provisão para impairment.

Bens em garantia:

- Uma embarcação da Companhia chamada “Rio Maranon” foi dada em garantia (hipoteca) para fazer face às obrigações assumidas por sua controladora MLog no Instrumento Particular de Transação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, de 14 de fevereiro de 2022;
- A embarcação Asgaard Sophia, cujo valor contábil, líquido de depreciação, em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 62.125 (R\$ 67.553 em 31 de dezembro de 2024), está alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela controladora MLog em obrigação de investimento na aquisição da Companhia;
- O imóvel de propriedade da CNA, situado na Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito nas matrículas 441 e 442 está onerado por penhora na execução fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal

de vigilância patrimonial. Serão baixados por pagamento ou compensação ao final dos processos.

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os saldos que compõem as contas de empréstimos tomados com a finalidade de capital de giro são demonstrados a seguir:

Instituição financeira	Taxa de juros nominal (a.a.)*	Saldo em 31/12/2023	Captações	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo em 31/12/2024	Captações	Juros passivos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo em 31/12/2025	Circulante	Não circulante
Banco BASA	Pós-Fixada	3.232	-	258	(238)	(3.252)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sifra (i)	Pré-fixada	6.165	23.207	1.977	(1.977)	(23.482)	5.890	5.143	-	-	(11.033)	-	-	-
Quatá (ii)	Pós-Fixada	-	15.500	901	(1.070)	(7.995)	7.336	15.000	1.710	(1.709)	(10.194)	12.143	9.282	2.861
Banco do Brasil (iii)	Pós-Fixada	2.908	-	382	(310)	(2.158)	822	25.000	1.132	(1.097)	(5.881)	19.976	10.067	9.909
Banco BMG (iv)	Pós-Fixada	-	-	-	-	-	-	19.900	1.048	(1.078)	(2.552)	17.318	9.754	7.564
Banco ABC (v)	Pós-Fixada	2.158	-	323	(246)	(1.802)	433	-	10	(11)	(432)	-	-	-
Total		14.463	38.707	3.841	(3.841)	(38.689)	14.481	65.043	3.900	(3.895)	(30.092)	49.437	29.103	20.334

*Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI adicionados de spread.

- (i) A linha de crédito com Banco Sifra refere-se ao desconto de faturas a vencer com a Petrobras, referentes ao contrato de apoio fluvial pela CNA. Se referem a linhas de crédito de curto prazo, sendo a captação da CNA no valor de R\$ 5.143, renovada em periodicidade mensal de forma a atender a necessidade de capital de giro da Companhia.
- (ii) Em 15 de abril de 2025, a CNA possui captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações, sendo uma de R\$ 5.000 e outra de R\$ 10.000, pós-fixadas, utilizando o contrato da Petrobrás da parte relacionada Columbus Offshore S.A.,

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

embarcação Geonísio Barroso, como garantia. O crédito foi captado em 15 de abril de 2025, as parcelas vencem todo dia 30 e a liquidação total da operação ocorrerá em 30 de abril de 2027.

(iii) Em 4 de fevereiro de 2025, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 e, em 11 de agosto de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 11.000, junto à instituição bancária Banco do Brasil. Estas captações de recursos têm como propósito custear novos projetos da Companhia, e as garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Argelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. Parte do crédito (R\$5.000) vence em 12 (doze) meses, e o restante (R\$6.000) em 48 (quarenta e oito) meses.

(iv) Em 16 de maio de 2025, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 e em 26 de setembro de 2025 contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.400, junto à instituição bancária BMG. Esta captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da Companhia, e as garantias utilizadas foram uma fiança concedida pela controladora MLog e a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte fluvial com a Petrobras. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O valor de R\$ 9.500 tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses e o valor de R\$ 10.400 tem a duração de 19 (dezenove) meses.

(v) A parte relacionada Columbus Offshore S.A. figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Columbus Offshore S.A., relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras. O empréstimo foi liquidado no mês de março de 2025.

Cláusulas restritivas:

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com garantias que não contém cláusulas contratuais restritivas financeiras ("covenants"). Há cláusulas restritivas com as instituições BMG, Banco do Brasil e Quatá, que contém obrigações acessórias de manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, todas plenamente cumpridas em 31 de dezembro de 2025.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	14.481
2026	29.103	-
2027	13.536	-
2028	4.854	-
2029	1.944	-
	49.437	14.481

13	Obrigações tributárias	
----	------------------------	--

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	31	71
PIS a recolher	10	71
COFINS a recolher	50	330
Parcelamento de tributos federais	3.796	2.247
ICMS a recolher	176	30
INSS folha de pagamento	902	1.129
INSS de terceiros	41	51
Encargos sobre impostos a recolher	351	298
Contribuição social	1.335	222
Imposto de renda	5.336	1.266
	12.028	5.715
Passivo não circulante		
Parcelamento de tributos federais	8.526	6.844
	8.526	6.844
	20.554	12.559

Os impostos e contribuições a recolher classificados no passivo circulante são referentes a INSS/FGTS/ICMS/IR/PIS/COFINS/CSLL retidos/ IRPJ/ CSLL e IOF não vencidos no valor de R\$ 3.456 mais INSS/CS/IRPJ vencidos no valor de R\$ 4.776 a serem parcelados em 2026.

O parcelamento de tributos federais abrange IRPJ, INSS sobre a folha, e Contribuição Social, serão liquidadas em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

O ICMS foi parcelado em 48 (quarenta e oito) prestações.

O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024 decorre da formalização de novos parcelamentos e do reconhecimento de parcelas cujo vencimento está previsto para períodos posteriores a 12 (doze) meses, refletindo maior volume de passivos classificados como não circulantes.

14 Provisões para contingências

Outras provisões - Circulante

A Companhia registrou custos com provisão R\$ 1.774 referente a valores em discussão com a Flumar Transportes, relativo ao encerramento do contrato de afretamento de embarcações e, R\$ 42 relativo a parcelas de auditoria vencidas em 2026 e vistorias de veeting (despesas com vistorias nas embarcações pagas pelo cliente a serem reembolsadas pelo Armador) realizadas em 2025, cujo cliente ainda não solicitou o reembolso.

Fornecedor	Natureza	31/12/2025
Flumar	Provisão - contrato afretamento	1.774
Outros	Provisão auditoria e vistoria	42
		1.816

A Administração destaca abaixo os processos judiciais, cujas chances de perda são classificadas como prováveis pelos escritórios de advocacia envolvidos:

	Autor	Natureza	31/12/2023	Constituição	Baixas	31/12/2024	Constituição	Baixas	31/12/2025
0043033-33.2010.8.14.0301	Município de Belém	Tributária	7	-	(7)	-	-	-	-
0006228-24.2003.4.01.3200	INSS	Tributária	44	-	(44)	-	-	-	-
0000379-36.2021.5.11.0013	Carlos Adriano Barbosa Lima	Trabalhista	129	-	(129)	-	-	-	-
0000059-75.2024.5.11.0014	Alessandra Silva de Oliveira e Antônio Nilson Vale Pires	Trabalhista	-	2.068	(2.068)	-	-	-	-
21.866.496-6	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Trabalhista	3	-	-	3	-	(3)	-
0000360-67.2023.5.08.0005	Gelazio Salvador Marinho	Trabalhista	-	161	-	161	-	(161)	-
0000842-44.2023.5.14.0006	Leo da Silva Sampaio	Trabalhista	-	32	-	32	178	-	210
0001073-65.2023.5.14.0008	Joao Marcelo do Nascimento Junior	Trabalhista	-	33	-	33	-	(3)	30
0000178-73.2024.5.14.0007	Douglas Raniely Passos Goncalves	Trabalhista	-	10	-	10	-	-	10
0000307-84.2024.5.14.0005	Wilson Fernandes Da Silva Parada	Trabalhista	-	49	-	49	84	-	133
0000881-53.2023.5.14.0002	Ricardo Mairo Gonçalves	Trabalhista	-	156	-	156	-	(16)	140
0000424-47.2025.5.14.0003	Sidney Moreira Batista	Trabalhista	-	-	-	-	300	-	300
0581798-95.2024.8.04.0001	TI Serviços De Usinagem Ltda	Cível	-	-	-	-	10	-	10
			183	2.509	(2.248)	444	572	(183)	833

Em 2025 houve reversão de R\$ 161 referente ao processo 00000360-67.2023.5.08.0005 transitado em julgado.

15 Processos judiciais

A Administração destaca abaixo os principais processos judiciais, cujas chances de perda são classificadas como possíveis pelos escritórios de advocacia envolvidos:

	Contingências Possíveis	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	929	58
Cível	25.679	21.195
Administrativo	5.495	3.183
Tributário	108	1.253
Total	32.211	25.689

Dentre as causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia em 31 de dezembro de 2025:

No. Processo	Autor	Natureza	Valor da Causa (R\$)	Chances de perda
0032202-20.2008.8.14.0301 (i)	Odete Cunha Lobato Benchimol e Elias Isaac Benchimol	Cível	19.916	Possível
10283.721485/2012-45 (ii)	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM	Administrativo	3.339	Possível
0935643-15.2025.8.19.0001 (iii)	Flumar Transportes de Químicos E Gases Ltda	Cível	2.923	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301 (iv)	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Cível	2.184	Possível
0601880-34.2024.8.04.5600 (v)	José Mario de Oliveira Gomes	Cível	332	Possível
0486855-86.2024.8.04.0001 (vi)	Estacao Vip Segurança Privada Eireli	Cível	237	Possível
0000537-56.2020.8.04.3801 (vii)	Jean Maciel De Sena	Cível	85	Possível

(i) Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da CNA, em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra.

(ii) Processo Administrativo nº 10283.721485/2012-45: Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. Interpusemos Recurso Voluntário em 2019. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(iii) Processo nº 0935643-15.2025.8.19.0001: Refere-se à ação movida pela Flumar em razão da discordância quanto ao encerramento antecipado do contrato de afretamento. Embora a CNA tenha formalizado a intenção de rescindir o contrato e colocado as embarcações à disposição para retirada, a Flumar sustentou a manutenção da vigência contratual até o prazo final originalmente pactuado. Em razão disso, a controvérsia envolve a cobrança dos valores correspondentes ao período remanescente do contrato e a valores reconhecidos, mas ainda não pagos pela CNA, cabendo ao processo definir a exigibilidade desses montantes e as responsabilidades das partes. CNA apresentou contestação em 20 de outubro de 2025.

(iv) Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: Trata-se de Ação de Execução Fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de outubro e dezembro/1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 04 de novembro de 2025, foi publicada sentença favorável a CNA nos autos dos embargos à execução nº 0022063-52.2005.8.14.0301. Aguarda-se eventual recurso da Fazendo ou o trânsito em julgado.

(v) Processo nº 0601880-34.2024.8.04.5600: Refere-se à indenização por danos causados a embarcação de terceiros, valor coberto por seguro em caso de condenação.

(vi) Processo nº 0486855-86.2024.8.04.0001: Trata-se da cobrança por serviços prestados conforme estipulado em contrato. No entanto, esses valores estão sendo questionados na Justiça, pois o prestador de serviço causou prejuízos que ultrapassam o montante a ser recebido. Ao final do processo será definido se o pagamento deve ser realizado ou compensado devido aos danos causados.

(vii) Processo nº 0000537-56.2020.8.04.3801: Refere-se à ação de indenização por suposto prejuízo causado por embarcação a morador ribeirinho, valor coberto por seguro em caso de condenação.

16 Outras contas a pagar

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a pagar	1.465	864
Raízen a pagar (produto contaminado) (i)	1.463	-
Petrobras a pagar (recebimento a maior) (ii)	988	743
Perdas de produto a pagar	369	433
Outras contas a pagar	161	288
Total	4.446	2.328

(i) Raízen a pagar (Produto contaminado): referente a contaminação de produto transportado (rejeitado pelo cliente), do qual parte foi aproveitado para consumo e parte reconhecido como perda, após negociação com o cliente, o valor foi reconhecido como outras contas a pagar.

(ii) Petrobras a pagar (recebimento a maior): referente valores a serem devolvidos a Petrobras, devido pagamento a maior/não retenção de imposto.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social de R\$ 21.194 é composto de 2.868 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente pertencentes à Controladora MLog S.A.

Lucro por ação básico e diluído

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação da Companhia ao longo dos exercícios de 2025 e de 2024. Não há fatores de diluição e, portanto, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado atribuído aos detentores das ações	34.129	23.039
Ações em circulação (média ponderada)	2.868	2.868
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	11.899,93	8.033,12

Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta é de R\$ 1.059 refere-se à saldo de custo atribuído das embarcações, conforme ICPC 10.

Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta é de R\$ 82.771 (R\$ 62.784 em 31 de dezembro de 2024). Os valores de AFRMM reconhecidos como receita ao longo do período são transferidos para uma conta de reserva de lucros, limitando-se ao montante do lucro líquido do exercício. Importante destacar que o AFRMM segue regras próprias e não se enquadra no regime geral de subvenções previsto na Lei nº 14.789/2023. Seu tratamento fiscal é específico, conforme estabelecido pelo art. 472 do RIR/2018 e pelo art. 68 da Lei nº 4.506/1964. Na prática, isso significa que esses valores não são tributados, desde que permaneçam registrados em reserva de lucros. Além disso, essa reserva possui destinação restrita, podendo ser utilizada apenas para absorção de prejuízos ou para aumento do capital social da Companhia.

Distribuição de dividendos

Em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição de 100% do lucro líquido ajustado do exercício findo em

31 de dezembro de 2025, após a constituição de reserva de lucros de 5% sobre o lucro líquido até que atinja 20% do capital social e após a constituição de reserva por AFRMM gerado, deve ser distribuída à título de dividendos.

O lucro líquido ajustado do exercício totalizou R\$ 12.436, após os ajustes previstos no artigo 202 da Lei das S.A., incluindo:

- dedução da reserva legal R\$ 1.706;
- exclusão de R\$ 19.987 de reserva de lucros da subvenção do AFRMM.

Dessa forma, o montante total destinado à distribuição de dividendos corresponde a R\$ 12.436, equivalente a 100% do lucro líquido ajustado, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	34.129	23.039
Subvenção de AFRMM	(19.987)	(23.039)
Reserva legal	(1.706)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	12.436	-
Dividendos a pagar	(12.436)	-

Os dividendos foram pagos aos acionistas na posição acionária de 31 de dezembro de 2025 com em 31 de março de 2026 por encontro de contas (transação não caixa).

18 Receita líquida de prestação de serviços

Os serviços prestados estão demonstrando conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	95.111	105.937
Total da receita bruta	95.111	105.937
ICMS	(7.942)	(7.886)
Receita cancelada	(4.200)	(2.872)
PIS e COFINS	(5.286)	(6.995)
ISS	(118)	(1.210)
Total da receita operacional líquida	77.565	86.974

Raízen: A receita de transporte superou o realizado do ano anterior, impulsionada por movimentações acima do volume mínimo previsto no novo contrato de "Take or Pay", celebrado em março/25, bem como por melhores fretes negociados, no entanto o resultado total da conta desse cliente apresentou redução em relação a 2024. Essa queda foi impactada, principalmente, pelo encerramento antecipado do contrato da operação de "bunkering" a partir de fevereiro/25, por decisão do cliente, o que resultou no recebimento de multa no valor de R\$ 7.500 a favor da Companhia.

Petrobras: Em 2025 houve redução da receita em relação a 2024, devido à decisão do cliente de não cumprir o volume estimado no contrato por motivos logísticos.

Vibra Energia e FS Indústria de Biocombustíveis LTDA: No primeiro trimestre de 2025, a CNA encerrou as operações de transporte com esses clientes. Essa decisão fez parte de uma estratégia para devolver os ativos afretados, pois os custos desses contratos eram elevados. Como resultado dessa mudança, a receita registrada foi menor em comparação com o exercício anterior.

19 Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Combustíveis	(18.326)	(20.359)
Manutenção e reparo de embarcações	(3.371)	(3.735)
Depreciação e amortização	(9.357)	(9.352)
Pessoal	(15.921)	(19.186)
Aluguéis, arrendamento, seguros	(4.661)	(14.744)
Serviços de vigilância	(1.570)	(1.582)
Serviços de terceiros	(786)	(953)
Perdas de produtos	(1.531)	(1.787)
Outros	(4.087)	(5.179)
	(59.610)	(76.877)

20 Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e encargos	(2.629)	(3.014)
Encargos previdenciários	(518)	(635)
Benefícios	(469)	(485)
Outros	(49)	(18)
Total	(3.665)	(4.152)

21 Serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Consultorias e auditoria contábil	(742)	(519)
Manutenção de software	(329)	(70)
Honorários jurídicos	(120)	(97)
Despesas jurídicas trabalhistas	-	(113)
Locações	(132)	(95)
Outros serviços	(442)	(125)
Total	(1.765)	(1.019)

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Multas dedutíveis	(9)	(488)
Viagens e estadas	(103)	(323)
Custas legais e judiciais	(286)	(149)
Confraternizações	(50)	(55)
Assistência social	(29)	(29)
Transporte	(13)	(14)
Mensalidades e contribuições	(59)	(17)
Material de copa e limpeza	(20)	-
Rancho	(22)	-
Outras despesas	(61)	(49)
Total	(652)	(1.124)

23 Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (constituição) de provisões	(771)	(2.068)
Receita da venda de bens do imobilizado (i)	10.410	-
Retenção contratual (Multa Raízen) (ii)	7.500	-
Outras receitas (despesas)	(2.130)	(69)
Ressarcimento de seguros	523	1.817
Tributos recuperados (iii)	3.655	2.658
Total	19.187	2.338

(i) Em 25 de abril e em 06 de maio de 2025, a CNA promoveu a venda de dez embarcações, recebendo o valor de R\$ 4.996 à vista e o restante sendo dividido em oito parcelas, estas embarcações encontravam-se fora de operação.

(ii) Em 12 de maio de 2025, a CNA auferiu receita de multa por rescisão de contrato de bunkering.

(iii) Os tributos recuperados trata-se de recuperação de crédito tributário por compensação, a origem dos créditos é referente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita de transporte de combustível destinado à Zona Franca de Manaus, direito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, conforme MS PIS/COFINS serviços ZFM - processo nº. 1000492-17.2017.4.01.3200.

24 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias e mútuos	2.557	1.969
Juros ativos - outros	42	40
Descontos obtidos	-	1
Rendimentos de aplicações financeiras	644	1
Atualizações monetárias de impostos a recuperar	30	67
Ajuste a valor presente	25	29
Total	3.298	2.107

Despesas financeiras:

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.426)	(2.278)
Juros de pagamentos em atraso	(515)	(1.859)
Juros sobre parcelamento de impostos	(1.037)	(297)
Juros sobre notas promissórias e mútuos	(1)	(3)
Despesas bancárias	(1.776)	(248)
Descontos concedidos	-	(14)
Juros AVP arrendamentos	(233)	(1.296)
Custas de protestos	(73)	-
Multa de mora	(796)	-
IOF sobre atividades financeiras	(369)	-
Total	(11.226)	(5.995)

Resultado financeiro

	(7.928)	(3.888)
--	---------	---------

25 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, tendo em vista a ausência de rentabilidade futura sobre o montante de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 2.274 e base negativa de CSLL de R\$ 57.604 (prejuízos fiscais de R\$ 14.567 e base negativa de CSLL de R\$ 69.630 em 31 de dezembro de 2024). Essa ausência de expectativa decorre, principalmente, da exclusão da subvenção de AFRMM da base de cálculo da CSLL, conforme previsão legal (art. 472 do RIR/2018 e art. 68 da Lei nº 4.506/1964), que estabelece regime próprio para o AFRMM e não o submete ao regime geral das subvenções.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.037	26.230
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(14.293)	(8.918)
Efeitos de adições e exclusões		
Diferenças permanentes	3.195	3.778
	(11.098)	(5.141)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	3.466	1.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:		
Diferenças temporárias	(276)	319
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.908)	(3.191)
Alíquota efetiva	18,81%	12,20%

26 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto for possível.

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão relacionados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos e passivos financeiros	Valor contábil	Valor contábil	Categoria em 2025 e 2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	10.579	261	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	16.021	6.430	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5.036	8.838	Custo amortizado
Partes relacionadas	236.788	172.924	Custo amortizado
Outros ativos	1.948	2.555	Custo amortizado
Direitos na Transação Negocial	5	5	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	4.011	6.723	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	49.437	14.481	Custo amortizado
Partes relacionadas	501	213	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar	586	4.507	Custo amortizado
Outras contas a pagar	4.446	2.328	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	31/12/2025	31/12/2024
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.579)	(261)
Ativo	(10.579)	(261)
Empréstimos e financiamentos	49.437	14.481
Partes relacionadas	501	213
Passivo	49.938	14.694
Dívida líquida	39.359	14.433
Total do patrimônio líquido	106.730	85.037
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido - %	36,88	16,97

Risco de mercado e gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como práticas somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme divulgado na Nota Explicativa 4, o saldo em 31 de dezembro de 2025 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se a recursos disponíveis mantidos em conta de instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA – e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de impairment baseado nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, temos empréstimos com taxa de juros pós-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12. A Companhia atualmente não realiza operações de hedge, incluindo swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota explicativa nº 4) e positivamente os empréstimos (Nota explicativa nº 12), gerando assim uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras e da despesa financeira com juros, respectivamente.

Risco cambial

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras em caso de haver uma valorização significativa do dólar em relação à moeda local. Como a Companhia tem contrato de USD 270.271 com a Steamship Mutual, ela fica exposta ao risco cambial. Isso significa que, se o dólar se valorizar em relação à moeda local, o custo do seguro aumenta. Esse aumento pode impactar diretamente as despesas da Companhia, tornando os pagamentos mais caros do que o planejado.

Análise de sensibilidade – Taxa de juros e de câmbio:

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado, no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 19 de junho de 2026.

Análise de sensibilidade – Taxa de juros:

Ativo		31/12/2025	Projeção do efeito no PL	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	9.272	1.247	1.558	1.871
Partes relacionadas	CDI	16.512	2.220	2.775	3.332
Total		25.784	3.467	4.333	5.203
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(49.437)	(6.647)	(8.310)	(9.978)
Total		(49.437)	(6.647)	(8.310)	(9.978)
Exposição líquida		(23.653)	(3.180)	(3.977)	(4.775)
Indexador	CDI	14,90%	13,25%	16,56%	19,88%

Análise de sensibilidade – Taxa de câmbio:

		31/12/2025	Base	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Seguro P&I	US\$	1.217	(6.585)	(234)	(525)
	US\$	5,5024	5,2500	6,5625	7,8750

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e, assim, gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia na data dessas demonstrações contábeis:

	31/12/2025	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	29.103		20.334	49.437
Fornecedores	4.011		-	4.011
Arrendamentos a pagar	372		214	586
Partes relacionadas	501		-	501
Outras contas a pagar	4.446		-	4.446
TOTAL	38.433		20.548	58.981

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	14.481		-	14.481
Fornecedores	6.723		-	6.723
Arrendamentos a pagar	4.025		482	4.507
Partes relacionadas	-		213	213
Outras contas a pagar	2.328		-	2.328
TOTAL	27.557		695	28.252

27 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Baixa Imobilizado (i)	720	42
Partes Relacionadas (ii)	8.902	1.732
TOTAL	9.622	1.774

(i) Baixa Imobilizado: Na movimentação de embarcações em andamento ocorreu uma reclassificação contábil no valor de R\$ 720. Esse montante foi transferido para a conta de "sinistros a recuperar", visto que os custos associados à recuperação da embarcação estão cobertos pelo seguro e foram ressarcidos pela seguradora.

(ii) Partes Relacionadas: A movimentação entre CNA e a parte relacionada Columbus Offshore no montante de R\$ 17.293 em 2025 (R\$ 1.732 em 2024) é referente aos afretamentos da Balsa E-237 e Navio Asgaard Sophia.

28 Cobertura de seguros

A Companhia possui apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 31 de dezembro de 2025 são:

Seguro de cascos marítimos:

Cobertura total da frota de R\$ 131.000, seguradora AXA Seguros S.A, com vigência de 09 de novembro 2025 a 09 de novembro de 2026.

Seguro de Proteção e Indenização a terceiros (P&I):

Cobertura limitada a US\$ 8.200.000 por evento e ocorrência, com sublimite de US\$ 1.000.000 para poluição ambiental, segurador SteamShip Mutual, com vigência de 20 de fevereiro de 2026 a 20 de fevereiro de 2027

Seguro Carga:

Cobertura limitada a R\$ 50.000 por evento/viagem, seguradora Mapfre Seguros gerais S.A com vigência de 30 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Foi renovado em 30 de dezembro de 2025 com vigência até 30 de dezembro de 2026, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora MLog e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000.

29 Compromisso de garantias:

A CNA figura como um dos avalistas, co-devedores solidários e principais pagadores no termo de emissão de notas comerciais emitidas por sua controladora, a MLog S.A., em 04 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 111.300.

A CNA consta também como devedora solidária no Instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças entre a MLog S.A. e os antigos credores do Grupo Libra, na operação de venda da empresa de navegação para a MLog S.A.

30 Eventos subsequentes

Captação de empréstimos e financiamentos:

Em 11 de fevereiro de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.000 junto à instituição bancária Quatá. Essa captação de recursos tem como objetivo aumentar a disponibilidade de caixa e, a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobras da embarcação Geonísio Barroso. Não existem obrigações de acompanhamento financeiros ou não financeiros. O crédito tem a duração de 24 meses.

Em 29 de abril de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 2.036 junto a instituição bancária Quatá. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobras da embarcação Geonísio Barroso. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de dois meses.

Venda de embarcações:

No primeiro trimestre de 2026 a Companhia vendeu 02 (duas) embarcações que estavam fora de operação, devido não ser viável o investimento na modernização das mesas, uma vez que a demanda operacional requer embarcações mais modernas e de maior capacidade. A venda resultou em ganho líquido de R\$ 1.175, considerando que são embarcações antigas com alto nível de depreciação.

Além disso, a Companhia prevê a venda do empurrador Rio Ipixuna, para o segundo trimestre de 2026.

Rildo Cavalcante de Oliveira Presidente Executivo	Paulo Guilherme Autran Seidel Diretor Financeiro
--	---

Deuza Brito Ramos
Contadora CRC AM 008059/O-1

continua...

...continuação



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A. - CNA

CNPJ/MF: 04.562.559/0001-66 - NIRE 13300002581

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos cotistas, conselheiros e administradores da
Companhia de Navegação da Amazônia S.A. - CNA
Manaus - AM

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Navegação da Amazônia S.A. - CNA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Navegação da Amazônia S.A. - CNA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 17 de junho de 2025, não continha modificação. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR INDEPENDENTE PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e época dos trabalhos de auditoria planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Jutai
Central de Compras Serviços e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026-CCSC/PMJ

O MUNICÍPIO DE JUTAI-AM torna público que realizará pregão eletrônico – Objeto: Formação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos automotores leves e médios de diferentes categorias (econômicos, sedãs, pick-ups e minivans), sem condutor, em atendimento à Representação e Casa de Apoio à Saúde do Município de Jutai/AM em Manaus/AM, de acordo com as condições constantes no edital e seus anexos, por meio do Portal Licitanet – <https://www.licitanet.com.br/>. DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 25/09/2026 ÀS 08:00h. DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 04/10/2026 até as 00:00h. DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 08/10/2026 ÀS 08:00h. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 08/10/2026 ÀS 9:00h – Horário de Brasília/DF. Regência legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 013/2024-GP. O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente pelo portal Licitanet no endereço eletrônico já citado ou solicitado pelo e-mail: ccsc.jutai2025@gmail.com.

Jutai (AM), 23 de setembro de 2026.
Messias Castro
(Pregoeiro).



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Envira
Comissão Municipal de Contratação - CMC

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 003/2026

A COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC, da Prefeitura Municipal de Envira/AM, torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ENVIRA/AM, sediada na Rua Piloto João Fonseca, s/n Bairro São Francisco, Envira (AM), CEP: 69.870-000, CNPJ 04.530.895/0001-27, realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para a escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE ENVIRA/AM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 024, de 10 de janeiro de 2025, do Decreto Municipal nº 046, de 14 de fevereiro de 2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Legislação aplicável: Esta licitação será regida pelas normas contidas na Lei Federal 14.133/21, subsidiariamente pelo Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2023 e ainda pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar 147 de 07 de agostos de 2014, nos termos deste Edital. As atas e os contratos decorrentes desta licitação serão regidos pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores. Sessão ocorrerá dia 09 (nove) de outubro de 2026 às 10h30min (horário de Brasília) na Portal de Licitações Públicas BLL COMPRAS – www.bll.org.br Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 06/10/2026 O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessa dos, no Portal da Transparência do Município Envira, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.bll.org.br ou pelo EMAIL: comissaocontratacaoenvira@gmail.com

Envira (AM), 23 de Setembro de 2026.
LORENA DE SOUZA MAIA DE ARAÚJO
Agente de Contratações



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Codajás
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Codajás, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados a SUSPENSÃO das licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - OBJETO: Aquisição de roçadeiras e motores rabeta destinados ao apoio às atividades operacionais e de infraestrutura do Município de Codajás, para atender ao CONVÊNIO Nº 996592/2026.

Para adequação do Termo de Referência

Codajás/Am, 23 de setembro de 2026.

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação